

1 INTRODUÇÃO

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) que incluía a contracção de um empréstimo bancário, foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 27/09/2010 e 28/10/2010. Porém, como o Município obteve o visto do Tribunal de Contas a 04/03/2011, só a partir desta data, não só, tinha a possibilidade de contrair o empréstimo no valor total de 9.600.000 Euros junto da Caixa Geral de Depósitos (4.800.000 Euros) e Millennium BCP (4.800.000 Euros), como também, está obrigado a tomar as medidas económicas e financeiras necessárias ao cumprimento do PSF. Importa notar que o Município até à data apenas utilizou 7.300.000 Euros do empréstimo de saneamento financeiro (CGD - 2.500.000 Euros; Millennium BCP: 4.800.000 Euros). Foram pagas, até 31/12/2012, todas as dívidas constantes da listagem anexa ao contrato de empréstimo saneamento com excepção dos seguintes processos que se encontram em contencioso: Acácio da Caridade Ferreira & Irmão, S.A. - 261.246,76 Euros e Junta de Freguesia do Paraíso - 39.884 Euros.

A avaliação durante a vida do empréstimo de MLP (isto é do PSF, conforme previsto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei 38/2008) dessas medidas e desse cumprimento é feito através de relatórios semestrais e anuais.

O presente relatório anual acompanhará a prestação de contas do Município a 31/12/2012, e será demonstrativo das tendências no sentido do cumprimento do PSF, por força do n.º 7 do artigo 40.º da LFL.

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económicos e financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes** do Balanço Real a 31/12/2012 face ao Balanço do PSF na mesma data.

Mapa 1
BALANÇOS

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 2012	% Desvio
ACTIVO						
Imobilizado bruto	33.207.965	40.400.640	22	36.461.140	41.124.218	13
Bens de domínio publico	3.009.590	6.380.362	112	3.009.590	6.387.827	112
Im.Incor.	0	0	-	0	0	-
Im. Corp.	19.833.888	30.543.133	54	23.087.063	31.148.357	35
Inves.finan.	312.754	312.754	0	312.754	312.754	0
Imob. curso	10.051.733	3.164.392	-69	10.051.733	3.275.280	-67
Amortiza.acumula.	5.750.641	6.305.158	10	6.872.271	7.398.307	8
Existências	172.304	146.655	-15	174.027	131.789	-24
Matérias-primas	172.304	146.655	-15	174.027	131.789	-24
Mercadori.	0	0	-	0	0	-
Outros	0	0	-	0	0	-
Prov.p/dep. exist	0	0	-	0	0	-
Div. terce. M/L prazo	0	0	-	0	0	-
Div. terc. curto pz	125.543	277.413	121	127.596	220.865	73
Clientes	125.543	165.055	31	127.596	121.124	-5
Outros	0	112.358	-	0	99.741	-
Prov. p/cobr. duv.	0	46.193	-	0	52.204	-
Disponibilidades	1.798.411	1.725.911	-4	1.658.188	1.848.285	11
Acrec. diferim.	159.155	408.011	156	159.155	389.477	132
TOTAL ACTIVO	29.712.737	36.607.279	23	31.707.835	36.244.123	14
PASSIVO						
Provisões p/riscos enc.	0	1.051.802	-	0	858.127	-
Dívidas 3º M/L prazo	14.976.382	12.973.657	-13	14.103.055	11.859.218	-16
Div. inst.crédito	14.883.905	12.973.657	-13	14.028.419	11.859.218	-15
Div. Forn. Imob.	92.477	0	-100	74.636	0	-100
O. dívidas	0	0	-	0	0	-
Dívidas 3º Curto pz	551.565	2.376.390	331	556.152	1.324.713	138
Div. inst.crédito	0	0	-	0	0	-
Fornecedores	242.080	706.310	192	244.501	221.809	-9
E.E.P	51.397	29.948	-42	53.447	28.679	-46
O. dívidas	258.088	1.640.131	535	258.204	1.074.226	316
Acréscimos custos	827.881	594.330	-28	827.881	596.247	-28
Proveltos Diferidos	9.124.877	8.186.249	-10	10.196.569	8.392.565	-18
TOTAL PASSIVO	25.480.705	25.182.429	-1	25.683.657	23.030.869	-10
FUNDOS PRÓPRIOS						
Património	13.550.444	13.550.444	0	13.550.444	13.550.444	0
Reservas	906.676	942.573	4	906.676	968.073	7
Resultados Trans.	-12.014.168	-2.632.280	-78	-10.225.089	-2.352.000	-77
Resultados Liq.	1.789.079	-435.888	-124	1.792.146	1.046.736	-42
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	4.232.032	11.424.850	170	6.024.178	13.213.254	119
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	29.712.737	36.607.279	23	31.707.835	36.244.123	14

No que diz respeito ao **Activo** constata-se que o Município investiu 167.428,89 Euros em 2012, valor bastante inferior aos meios libertos gerados no período considerado (2.146.036 Euros conforme mapa 4).

Ao nível das outras rubricas mais relevantes verifica-se que o valor das disponibilidades é suficiente, neste momento, para pagar as dívidas de curto prazo o que traduz a política de rigor financeiro do Executivo no sentido de redução da dívida. Isto é, existe já um saudável fundo de maneo positivo.

Por outro lado, ao nível do **Passivo de MLP** verifica-se que o valor das dívidas no fim de 2012 é inferior ao valor previsto no PSF. Esta **diferença positiva favorável** corresponde aos efeitos conjugados, de sentido contrário, da não utilização da totalidade do empréstimo de saneamento financeiro (2.300.000 Euros) e não terem sido efectuadas na totalidade as amortizações financeiras antecipadas previstas no PSF (do valor estimado de 750.000 euros, 400.000 Euros em 2011 e 350.000 Euros em 2012, foram amortizados 617.817,00 Euros).

Importa notar que foi constituída uma provisão para processos judiciais em curso, não prevista no PSF, no valor de 858.127 Euros.

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2012.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a evolução dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% desv.	Previsão PSF 2012	Real 2012	% desv.
Vendas	506.035	627.849	24	518.763	362.580	-30
Produtos	506.035	627.849	24	518.763	362.580	-30
Mercadorias	0	0	-	0	0	-
Prestação serviços	350.888	368.149	5	354.397	609.377	72
Outros Prov. e Ganhos Operacionais	350.681	356.681	2	354.188	362.533	2
Var. da Produção	0	0	-	0	0	-
Impostos e Taxas	1.177.524	894.914	-24	1.201.082	1.320.675	10
Transferências e Sub. Obtidos	6.323.321	6.484.530	3	6.386.554	6.199.439	-3
Trabalhos Própria Entidade	992.830	0	-100	1.002.758	0	-100
Prov. ganhos fin. explo.	0	0	-	0	0	-
dif. cambio desfav.	0	0	-	0	0	-
descon. pp obtidos	0	0	-	0	0	-
TOTAL PROVEITOS	9.701.279	8.732.125	-10	9.817.742	8.854.604	-10
C.M.V	329.101	303.442	-8	332.392	279.866	-16
Mercadorias	0	0	-	0	0	-
Produtos	329.101	303.442	-8	332.392	279.866	-16
Forn. Serv. Ext.	2.435.825	2.884.729	18	2.460.183	2.521.393	2
Subcontratos	433.421	466.583	8	437.756	447.253	2
Trabalhos Especializados	9.019	164.174	1.720	9.109	218.132	2.295
Electricidade/Combustíveis	514.926	859.498	67	520.075	747.613	44
Conservação e Reparação	6.404	17.842	179	6.488	1.977	-69
O.F.S.E	1.472.054	1.376.631	-6	1.486.775	1.106.419	-26
Custos c/pessoal	3.009.411	2.866.677	-5	3.039.506	2.864.444	-6
Amortizações	963.972	1.110.655	15	1.121.630	1.093.289	-3
Provisões	0	246.931	-	0	6.011	-
Transf. e subs. correntes concedidos	608.020	845.329	39	614.100	669.712	9
O. custos exploração	66.680	171.035	157	67.327	112.536	67
Cus. perdas fin. explora	0	0	-	0	0	-
difere. cambio desta.	0	0	-	0	0	-
desc. pp concedidos	0	0	-	0	0	-
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	7.412.989	8.428.798	14	7.635.138	7.547.251	-1
RESULTADOS EXPLORA.	2.288.290	303.326	-87	2.182.604	1.307.353	-40
Prov. e ganhos extraor.	501.825	304.560	-39	584.641	551.778	-6
Cust. e perdas extraord.	447.450	603.616	35	451.925	507.924	12
R. ANTES FUN. FINANC.	2.342.665	4.270	-100	2.315.321	1.351.207	-42
Prov. e ganhos financ.	12.040	5.391	-55	12.160	2.687	-78
Cust. e perda financ.	565.626	445.549	-21	535.335	307.158	-43
juros suportados	555.324	433.110	-22	524.930	300.000	-43
outros	10.302	12.439	21	10.405	7.158	-31
RESULTADOS LIQUIDOS	1.789.079	-435.887	-124	1.792.146	1.046.736	-42

2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à “**Venda de Produtos**” (água) está abaixo (30%) da previsão do PSF devido ao controlo mais rigoroso no consumo de água por parte dos consumidores, fruto de campanhas de sensibilização para o uso mais eficiente deste recurso. Por outro lado, em 2012, o tarifário foi completamente alterado e alguns dos proveitos passaram a ser considerados na rubrica prestação de serviços.

Na “**Prestação de Serviços**” verificou-se um incremento de 72% face à previsão do PSF devido, nomeadamente, à entrada em vigor no início do ano do regime tarifário da prestação do serviço de abastecimento de água, do serviço de saneamento de águas residuais urbanas e do serviço de recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos.

A rubrica de “**Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**”, relativa a rendas de concessão da EDP, está um pouco acima (2%) da previsão do PSF.

Na rubrica “**Impostos e taxas**” verificou-se um aumento de 10% face ao previsto no PSF em resultado, particularmente, do aumento das receitas do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT). Relativamente ao IMI os respectivos proveitos até ao fim de 2012 estão abaixo do estimado em virtude de ainda não terem sido implementadas as novas taxas para os prédios urbanos devolutos, em ruínas e degradados, porque o executivo municipal espera um aumento substancial nos próximos anos em resultado da avaliação geral dos prédios urbanos que está em curso.

Relativamente às “**Transferências e subsídios obtidos**” constata-se uma quebra de 3% face às previsões do PSF, decorrente da redução das transferências do Estado (Orçamento do Estado para 2012) acima do projectado. Importa notar que foram incluídos nesta rubrica 122.873,51 Euros de subsídios ao investimento que deveriam ter sido contabilizados na conta Proveitos Diferidos, de acordo com o Princípio da Especialização dos Exercícios do POCAL.

Em relação aos “**Trabalhos para a própria entidade**”, em 2012, não foi contabilizado qualquer valor relativo a obras por administração directa efectuadas pelo Município devido à contabilidade analítica ainda não estar implementada em pleno devido à falta de recursos humanos com competências específicas para a tarefa.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 6%, devido ao facto de não ter sido efectuada a imputação de proveitos diferidos (subsídios/transferências para investimentos) conforme estava estimado no PSF (584.641

Euros). Recorde-se que estes proveitos diferidos deveriam ser transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito no final de cada ano.

De registar que em 2012 foram contabilizadas situações não previstas no PSF:

- redução de provisões para processos judiciais em curso no valor de 193.674,63 Euros;
- correcções relativas a exercícios anteriores no valor de 201.156,67 Euros;
- Alienação de investimentos financeiros (prédio urbano) com um proveito no valor de 72.000,00 Euros.

Os **“Proveitos e Ganhos Financeiros”**, rubrica com um peso reduzido na estrutura de proveitos do Município, registaram uma diminuição de 78% face à previsão.

2.2.2 CUSTOS

Em relação ao “**Custo dos Produtos**” verificou-se uma redução de 16% face ao previsto devido, essencialmente, à implementação de medidas de racionalização na utilização de materiais nas obras efectuadas por administração directa.

Na conta de “**Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**” podemos verificar um valor ligeiramente acima da projecção (2%) porque a inflação real (custo unitário dos bens e serviços consumidos pelo Município) foi superior à esperada no PSF (1%).

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 6% abaixo da estimativa do PSF, em resultado, nomeadamente, das medidas previstas nos últimos orçamentos de Estado.

As “**amortizações do exercício**” estão ligeiramente abaixo da previsão (3%).

A rubrica “**transferências e subsídios correntes**” está 9% acima do previsto no PSF para o período, mas com uma redução de 21% face a 2011.

No que diz respeito aos “**custos extraordinários**” (incluem apenas 118.341,31 Euros de transferências de capital concedidas) verifica-se que estão 12% acima do estimado em virtude do seguinte:

- registo de perdas em imobilizações no valor de 250.204,14 Euros (respeitante, no seu essencial à alienação prédio urbano - investimento financeiro por 72.000 Euros);
- correcções relativas a exercícios anteriores no valor de 132.487,48 Euros.

Os “**Outros custos de exploração**” (dizem respeito a quotizações – 112.535,88 Euros), com um pequeno peso na estrutura de custos do Município, registam um valor acima do previsto em 67% (45.209 Euros).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se uma diminuição de 43% face ao previsto, em virtude da quebra significativa das taxas Euribor face ao momento da elaboração do PSF, bem como pelo facto de não se ter utilizado a totalidade do empréstimo de saneamento financeiro.

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, verificamos que os **resultados operacionais** estão afectados pelo facto de não se ter registado o proveito correspondente aos trabalhos para a própria entidade.

Os **resultados líquidos** ressentiram-se dos resultados operacionais conforme foi referido, apesar do bom desempenho dos resultados financeiros (redução dos custos).

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 2012	Real 2012	% Desvio
Recabimentos			
Saldo da gerência anterior	1.551.989	1.725.911	11
Total receitas Orçamentais	10.542.791	9.298.882	-12
Receitas Correntes	6.631.329	6.937.946	5
Receitas de Capital	3.911.462	2.360.916	-40
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria	246.422	496.607	-
Total Geral	12.341.202	11.521.380	
Pagamentos			
Total despesas Orçamentais	10.683.014	9.198.062	-14
Despesa corrente	6.555.765	7.189.259	10
Despesa de Capital	4.127.249	2.008.803	-51
Operações de Tesouraria		475.033	-
Saldo para a gerência seguinte	1.658.188	1.848.285	31
Total Geral	12.341.202	11.521.380	

O valor das receitas correntes está acima do estimado em virtude, nomeadamente, do aumento dos impostos e taxas.

As receitas de capital são inferiores às previstas no PSF devido, em particular, ao menor valor de subsídios ao investimento recebidos.

Em relação à despesa corrente assistimos a um aumento face ao esperado, em virtude de se terem pago dívidas arrastadas (correntes) com o empréstimo de saneamento, enquanto a

despesa de capital é inferior à prevista (efectuada menor despesa em investimento e também diminuição das transferências de capital).

Em 2012 existe desequilíbrio corrente porque parte do empréstimo de saneamento (receita de capital) serviu para pagar dívida corrente arrastada.

2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapa 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2011 PSF	2011 Real	2012 PSF	2012 Real
FUNDO DE MANEIO	€	1.703.849	135.407	1.562.815	1.193.499 ✓
LIQUIDEZ GERAL	%	4	1	4	2
SOLVABILIDADE	%	17	45	23	57
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	14	31	19	36
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	96	102	99
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	-	211	-	105 ✓
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	77	30	28
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	36	58	36	43
CASH FLOW	€	2.753.051	921.699	2.913.776	2.146.036

Da análise do mapa anterior, na sequência do que já foi referido, podemos retirar as seguintes conclusões:

- Fundo de maneo ligeiramente abaixo da previsão;
- Imobilizado adequadamente financiado por capitais permanentes;
- Prazo médio de pagamentos em linha com a previsão;
- Prazo médio de recebimentos ligeiramente superior ao previsto;
- Cash-Flow inferior à previsão do PSF no período.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcional	Excesso/Disp.	
		Líquido	M LP	Líquido	M LP		Líquido	M LP
		1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
2011	Saneamento 31/12/2011	8.175.457	6.540.365	13.142.745	14.066.686	817.219	-4.967.289	-7.526.320
	Real 31/12/2011	7.437.032	5.949.626	11.149.171	12.156.883	816.775	-3.712.139	-6.207.257
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE 2011) a)	11.714.329	9.379.679	11.149.171	12.156.883	816.775	585.157	-2.777.204
2012	Saneamento 31/12/2012	8.257.211	6.605.769	12.532.498	13.331.523	696.896	-4.275.287	-6.726.754
	Real 31/12/2012	7.209.167	5.767.333	8.874.675	11.163.707	689.457	-1.665.508	-5.396.374
	Real 31/12/2012 (art.º 66.º OE 2012) b)	11.149.171	9.101.959	8.874.675	11.163.707	689.457	2.274.497	-2.061.748

Nota:

a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011.

b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.

O valor do **endividamento líquido** diminuiu 2.274.496 Euros de 2011 para 2012, e está, nesta data, abaixo do valor previsto no PSF, no montante de 3.657.823 Euros. Tal facto deve-se às medidas tomadas pelo Executivo no sentido do cumprimento do PSF.

Como reflexo do referido anteriormente verificou-se no corrente ano, face ao verificado em 2011, uma evolução positiva do excesso de endividamento líquido de 2.046.631 Euros, apesar da diminuição do respectivo limite (por quebra das receitas de 227.865 Euros) estabelecido pela LFL para 2012.

O endividamento de MLP é inferior ao previsto no PSF em 2.167.816 Euros devido à não utilização da totalidade do empréstimo de saneamento financeiro (não foram utilizados 2.300.000 Euros), apesar de não terem sido efectuadas a totalidade das amortizações financeiras antecipadas previstas no PSF (do valor estimado de 750.000 euros, 400.000 Euros em 2011 e 350.000 Euros em 2012, foram amortizados 617.817,00 Euros).

Por outro lado, o valor do endividamento de MLP apresenta em 2012 uma redução de 993.176 Euros face a 2011. Deste modo, apesar da quebra do limite (182.292 Euros) dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo estabelecido pela LFL, o excesso do seu endividamento, no mesmo período, é inferior em 810.884 Euros.

Porém, devido à grave crise económica e financeira e consequente redução das transferências do Estado para os Municípios, o artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012 (à semelhança do artigo 53.º de 2011) determina que o cálculo dos limites de endividamento líquido e de MLP seja feito de maneira diferente do que o previsto na LFL.

Assim, **o excesso de endividamento líquido, no valor de 1.665.508 Euros**, verificado em 2012, **converte-se num saldo disponível de 2.274.497 Euros**, na mesma data. Por outro lado, **o excesso de endividamento de MLP no valor de 5.396.374 Euros converte-se num excesso de, apenas, 2.061.748 Euros** naquela data.

Saliente-se que este aumento legal, em 2012, dos limites de endividamento de acordo com a Lei do O.E. (à semelhança do que se verificou com a Lei O.E. de 2011) e consequente redução do seu excesso é, apenas, um artifício que não veio melhorar a situação financeira dos Municípios, em particular, o de Castelo de Paiva.

3 CONCLUSÃO

O Município de Castelo de Paiva, no final de 2012, na sequência de medidas tomadas pelo actual executivo, necessárias e fundamentais ao equilíbrio e legalidade das suas finanças públicas, apresenta indicadores económico-financeiros (mapa 4) e de endividamento municipal (mapa 5) com uma tendência favorável, **para o cumprimento dos objectivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro.**

Com efeito, apesar da redução das transferências do Estado, o Município não só, está a libertar fundos, que lhe permitem a realização de investimentos comparticipados, como também, a recuperar progressivamente o seu equilíbrio de tesouraria e financeiro que está reflectido e bem evidenciado no sinal positivo do seu fundo de maneo (com tendência crescente, face a 2011).

Por outro lado, a boa performance quer quanto à diminuição, face a 2011, do endividamento líquido e do seu excesso quer quanto à diminuição do endividamento MLP e do seu excesso demonstram uma tendência nítida para o cumprimento do disposto nos artigos 37 n.º 2 e 39 n.º 3 da Lei das Finanças Locais). Acresce que o artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012 (à semelhança do artigo 53.º do OE de 2011) vem permitir que **o Município de Castelo de Paiva apresente, em 2012, um saldo disponível de endividamento líquido no montante de 2.274.497 Euros e um excesso no endividamento de MLP de, apenas, 2.061.748 Euros.**

Saliente-se que o Município cumpriu as disposições do Orçamento de Estado para 2012 relativamente à aplicação dos subsídios de férias e Natal (189.494 Euros) para diminuição da dívida de curto prazo, adicionada da redução de 10% dos pagamentos em atraso (128.101 Euros).